



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692 – Tirol – Natal/RN
CEP: 59015-300 - site: www.ifrn.edu.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2017-PROAD/IFRN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE E A DJ2 ENGENHARIA LTDA.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CAMPUS JOÃO CÂMARA, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, situado na BR – 406 – km 73 – Perimetro Rural – João Câmara/RN – CEP – 59.550-000, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 10.877.412/0008-34, doravante denominado, simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, **SÔNIA CRISTINA FERREIRA MAIA**, brasileira, solteira, professora, portadora do CPF/MF sob o nº 322.671.774-04, e, de outro lado, a empresa **DJ2 ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na Rua Terezinha Wanderley de Sá Leitão, nº 15, Quintas do Farol, Assu/RN, CEP: 59.650-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.376.906/0001-94, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Representante Legal, **DANIEL JATOBÁ DE HOLANDA CAVALCANTI**, brasileiro, sócio-gerente, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.349.124-57, considerando o que consta do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23134.053026.2016-14, RESOLVEM, DE COMUM ACORDO, CELEBRAR O PRESENTE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2017-PROAD/IFRN**, resultante do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2016 (UASG 158373)**, que fazem mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MUROS E CALÇADAS PARA ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE, BEM COMO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E ILUMINAÇÃO EXTERNA DE ACESSIBILIDADE DO CAMPUS JOÃO CÂMARA DESTA IFRN, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIMADO
02	SERVIÇO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E ILUMINAÇÃO EXTERNA PARA ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DO CAMPUS JOÃO CÂMARA.	R\$ 43.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

2.1. O valor global deste Contrato é de R\$ 43.900,00 (quarenta e três mil e novecentos reais), sendo o pagamento efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente.



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Entregar o objeto desta licitação, de acordo com as especificações deste edital e seus anexos;
- b) Designar um profissional para acompanhar e fiscalizar o serviço, que atuará como facilitador entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, cabendo-lhe gerir todas as obrigações;
- c) Transferir totalmente o direito de autoria sobre os projetos mediante a cessão desses direitos sem ônus para IFRN, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.610/98 e Lei n. 8.666/93.
- d) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes.
- e) Executar os serviços obedecendo rigorosamente, as normas da ABNT, prescrições e recomendações de fabricantes, as normas do CREA-RN e outros regulamentos e normas vigentes.
- f) Todos os estudos, projetos, pareceres, laudos e especificações a serem desenvolvidos pela CONTRATADA, deverão ser registrados no CREA-RN, cabendo ao autor providenciar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, de acordo com a legislação vigente.
- g) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- h) Efetuar a entrega provisória e definitiva dos Projetos Executivos em meio digital e impressos, na forma estabelecida.
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao IFRN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a presença da fiscalização ou o acompanhamento dos serviços pelo IFRN.
- j) Responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração, por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço, bem como por todas as despesas diretas e indiretas com pessoas utilizadas nos compromissos assumidos, que não gerarão qualquer vínculo empregatício com o IFRN.
- k) Quaisquer inadimplências, referentes aos encargos estabelecidos nas condições dos subitens acima, não transfere ao IFRN a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.
- l) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.
- m) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o parágrafo primeiro, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- n) Ao final dos serviços, os responsáveis técnicos da CONTRATADA deverão transferir a CONTRATANTE, os direitos sobre todos os projetos desenvolvidos, o que tornará possível copiá-los, alterá-los ou adaptá-los sempre que a CONTRATANTE entender de sua



conveniência. Contudo a transferência não significa a descaracterização de responsabilidade técnica sobre os projetos originais por parte dos profissionais da CONTRATADA.

- o) Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer projeto não aceito pelo IFRN, por defeito, inadequação ou por não atendimento às especificações do presente Edital;
- p) Atender, com prioridade, aos chamados da CONTRATANTE em caso de modificações, alterações ou adequações a serem introduzidas para atendimento às necessidades do projeto.
- q) Acompanhar e oferecer suporte em todo o processo licitatório para contratação da obra, emitindo parecer técnico, sobre as propostas apresentadas, sem qualquer custo adicional ao IFRN;
- r) Observar as leis, os decretos, os regulamentos, as portarias e as normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;
- s) Manter sigilo, não reproduzir, não divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do IFRN ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;
- t) Empregar mão-de-obra habilitada, qualificada e compatível com o grau de especialização de cada serviço licitado.
- u) Observar o cumprimento das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive pelas por suas subcontratadas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Designar um servidor como gestor do contrato, que disponibilizará as informações e os esclarecimentos para a execução do serviço, que vierem a ser solicitados pela CONTRATADA.
- b) Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações.
- c) Solicitar que seja feito o serviço recusado.
- d) Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário e quando devidamente identificados.
- e) Atestar as faturas correspondentes desde que os serviços tenham sido efetuados a contento.
- f) Efetuar o pagamento da CONTRATADA conforme previsto em Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O presente Contrato terá a vigência de 3 (três) meses, com termo inicial na data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado, com início e vencimento em dia útil, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.



5.2. O prazo para o início dos Serviços será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão e entrega da Ordem de Serviço expedida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

6.1. A despesa prevista neste Contrato ocorrerá à conta dos Recursos consignados no Orçamento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, conforme Plano Interno L20RLP43OBN, PTRS 108938, FONTE 0112000000, Natureza da Despesa 339039 e UASG 158373

6.2. O pagamento será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente, depois da emissão da Nota Fiscal pela CONTRATADA, e verificação da regularidade do cadastramento da CONTRATADA, através de consulta "On Line" no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, mediante crédito em conta corrente informada por esta última.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida por servidor designado através de Portaria na conformidade do disposto no artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. Será aplicada a multa de 10% (dez cento), calculada sobre o valor da sua proposta, a ocorrência de recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou receber o empenho já emitido, dentro do prazo de validade da sua proposta.

8.2. De conformidade com o estabelecido no art. 87, da lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, de acordo com os danos que traga a IFRN e a CONTRATANTE, bem como, o grau de reincidência do Contratado, que serão registradas no SICAF:

8.2.1. Advertência.

8.2.2. Multas, nos percentuais de:

a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, sobre o valor do Contrato, após ter decorrido 24 (vinte quatro) horas de inadimplência, à juízo da Administração;

b) Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência no cumprimento das cláusulas e condições contratuais, contado a partir do terceiro dia de inadimplemento, limitada ao percentual máximo de 10% (dez por cento);

c) Multa de até 10% (dez por cento) caso se constate inexecução parcial sobre o saldo contratual ou R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o que que for maior. Na hipótese de inexecução total, a multa aplicada será de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato. Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso, limitada a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692 – Tirol – Natal/RN
CEP: 59015-300 - site: www.ifrn.edu.br

- 8.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após ter decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 8.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas de forma concomitante, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 8.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.
- 8.5. O prazo para apresentação de defesa prévia, no respectivo processo, em caso de decisão concluir pela aplicação das penalidades previstas no presente Edital, será de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação da referida decisão.
- 8.6. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço que a CONTRATADA vier a fazer jus.
- 8.7. As penalidades serão aplicadas a Contratada conforme disposto na **Minuta do Contrato**.
- 8.8. Ocorrendo à inexecução, reserva-se ao IFRN o direito de optar pela contratação de licitante remanescente, desde que atendida a ordem de classificação da licitação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço.
- 8.9. A segunda adjudicatária, ocorrendo à hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.
- 8.10. A aplicação das penalidades previstas neste edital e no contrato é de competência exclusiva da Pró-Reitoria de Planejamento e de Administração – PROPAD, por meio do devido processo legal, ficando o IFRN responsável pela instrução processual, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DA PUBLICIDADE

9.1. De conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, o presente Contrato será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor considera-se conhecido e acatado pelas partes:

- a) Edital do Pregão Eletrônico Nº 08/2016 (UASG 158373);



- b) Proposta da **CONTRATADA**, datada de 10/01/2017;
- c) Normas da Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94; Lei nº 10520/2002 e Decretos nºs. 3.555/2000 e 5.450/05.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, a critério da **CONTRATANTE**, independente de notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Inobservância ou inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Contrato, bem como de seus elementos integrantes;
- b) Lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da prestação satisfatória dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) Atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- f) Não atendimento das determinações regulares do fiscal do contrato relativas à sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, as quais devem ser devidamente anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei 8.666/93;
- h) Falência, concordata ou dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- i) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- j) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pela autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- l) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

11.2. A rescisão determinada por ato unilateral da Administração acarreta as seguintes consequências: assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que encontrar; ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato; execução da garantia contratual, para ressarcimento à Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

11.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo



de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte - para nele serem dirimidas todas as dúvidas e controvérsias que não encontrem solução por acordo entre as partes, sendo este foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA

13.1. A eficácia do presente termo ficará condicionada à apresentação, pela CONTRATADA, da garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo de até quinze dias corridos após a sua assinatura, conforme estabelecido no artigo. 56, §1º, incisos I, II e III e §2º da Lei nº 8.666/1993.

13.2. O CONTRATANTE fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes de ação ou omissão da CONTRATADA ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

13.3. A CONTRATADA fica obrigada a repor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizada pelo CONTRATANTE.

13.4. A garantia prestada será retida definitiva, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.5. A garantia será restituída automaticamente ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

13.6. Caso o contrato venha a ser prorrogada, a garantia deverá ser prorrogada por igual período.

13.7. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na conformidade do art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração;

14.1.2. Quando houver modificação para melhor adequação técnica;

14.1.3. Quando necessária à modificação contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei.

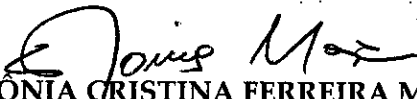



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692 - Tirol - Natal/RN
CEP: 59015-300 - site: www.ifrn.edu.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. E assim, por se acharem justas e contratadas, firmam as partes o presente Termo Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

João Câmara/RN, 20 de Fevereiro de 2017.


SÔNIA CRISTINA FERREIRA MAIA
Diretora-Geral do campus João Câmara
CONTRATANTE


DANIÉL JATOBÁ DE HOLANDA CAVALCANTI
Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

01. Nome: DANIEL MELO M DE GOIS
CPF. 008.883.944-38

02. Nome: _____
CPF. _____

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 17Fev17 NUMERO: 2017NE800007 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 158373/26435 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA
CNPJ : 10877412/0008-34 FONE: (84)3262-2285
ENDERECO : BR 406, KM 73-N 3500, PERIMETRO RURAL
MUNICIPIO : 1713 - JOAO CAMARA UF: RN CEP: 59550-000

CREDOR : 12376906/0001-94 - DJ2 ENGENHARIA LTDA - EPP
ENDERECO : TERESINHA WANDERLEY DE 15 QUINTA DO FAROL
MUNICIPIO : 1761 - NATAL UF: RN CEP: 59650-000

TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
EMISSAO DE EMPENHO PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM REFORMA (E AMPLIACAO) DE PAVIMENTACAO EM PARALELEPÍPEDO E ILUMINACAO EXTERNA P/ ESTE IFRN - CAMPUS JOAO CAMARA, CONF PROC 23134.053026.2016-14 E CONTRATO 21/2017. PROC ORIGEM: 2016PR

CLASS : 1 26435 12363208020RL0024 108938 0112000000 339039 151610 L20RLP43FUN
TIPO : ORDINARIO MODALIDADE DE LICITACAO: PREGAO
AMPARO: INCISO: PROCESSO: 23134053026201614
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RN /
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA DA DISPENSA: NUM. ORIG.:

VALOR EMPENHO : 43.900,00
QUARENTA E TRES MIL E NOVECENTOS REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 16 -MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 43.900,00
VALOR DO SEQ. : 43.900,00

SERVICO ENGENHARIA
000022225
SERVICO DE REFORMA E AMPLIACAO DE PAVIMENTACAO EM PARALELEPÍPEDO E ILUMINACAO EXTERNA PARA ADEQUACAO DE ACESSIBILIDADE DO CAMPUS JOAO CAMARA.

T O T A L : 43.900,00

SONIA CRISTINA F. MAIA
ORDENADOR

José T. de A. L. Junior
GESTOR FINANCEIRO

José Tarcísio de Andrade Lima Junior
Diretor de Administração
IFRN - Campus João Câmara
Mat. SIAPE 1907583

